

CONSTITUINTE

auc pg

Subcomissões apressam os trabalhos para não perder o prazo

por Francisco Stella Fagó de Brasília

Para conseguir entregar até esta segunda-feira os seus anteprojetos, as 24 subcomissões da Constituinte precisaram acelerar o ritmo de seus trabalhos e boa parte delas marcou votações para o fim de semana. Se perderem o prazo, as subcomissões perdem também a oportunidade de apresentar as suas propostas. Pelo regimento interno da Constituinte, se o relator da subcomissão não entregar o relatório dentro do prazo, o relator da Comissão assume a atribuição de apresentar novo anteprojeto, no prazo de cinco dias.

Até sexta-feira, já haviam sido votados e aprovados os anteprojetos das subcomissões da ciência e tecnologia, de garantia da Constituição, reformas e emendas, e de orçamento e fiscalização financeira. No início da noite, ainda estavam sendo votados os anteprojetos das subcomissões do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de Tributos. Para o sábado, foram marcadas as votações nas subcomissões dos direitos políticos, dos direitos coletivos e garantias, da União, do Distrito Federal e territórios; dos estados; do Poder Judiciário; dos princípios gerais da ordem econômica; e da política agrícola e reforma agrária. O início da votação do anteprojeto do deputado Fernando Gasparian

(PMDB-SP), relator da subcomissão do sistema financeiro, foi marcado para domingo.

Gasparian manteve as propostas fundamentais do projeto original. Propõe a limitação da taxa de juro em 12% reais ao ano; a criação de uma comissão especial do Congresso com poder de veto a decisões do Executivo sobre emissão de títulos e moeda; e a proibição de bancos estrangeiros receberem depósitos no Brasil. O relator fez duas alterações no projeto original. Uma delas foi alterar a redação do dispositivo que extinguiu as cartas patentes. No anteprojeto que será levado à votação, propõe a proibição de autorizações para funcionamento de instituições financeiras serem alienadas ou negociadas.

Outra alteração suprime um dispositivo que admitiria a interpretação de que o governo deve indenizar os depositantes quando a instituição financeira é liquidada. Na nova versão, Gasparian sugere a criação de um fundo de seguros destinado a cobrir perdas de depósitos até determinado limite. Na subcomissão de tributos, o anteprojeto apresentado pelo deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) manteve as propostas fundamentais da primeira versão. Das 456 emendas apresentadas, Coelho acolheu 122. O texto foi aprovado por 17 votos. Não houve voto contrário.

As propostas do projeto de Fogaça

por Andrew Greenlees de Brasília

Depois de examinar 305 emendas que recebeu dos membros da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte, o senador José Fogaça, do PMDB gaúcho, completou seu anteprojeto, que deverá ser discutido e votado pela subcomissão neste fim de semana. O texto de Fogaça mantém o mandato de quatro anos, sem direito à reeleição para o presidente da República, enquanto o sistema de governo chamado "neoparlamentarismo" sofre algumas alterações.

A primeira delas refere-se à dissolução da Câmara. No relatório preliminar apresentado na semana passada, a Câmara dos Deputados poderia rejeitar duas indicações de primeiro-ministro feitas pelo presidente. A seguir, passaria aos deputados a responsabilidade de escolher um nome. Caso não conseguissem maioria, a Câmara seria dissolvida.

De acordo com o novo texto, a Câmara deveria elaborar uma lista com três nomes para o cargo de primeiro-ministro e o presidente anotaria um. Se fracassasse na tentativa de conseguir apoio majoritário aos nomes da lista, a Câmara seria dissolvida.

Fogaça também incluiu no anteprojeto o princípio da consulta individual aos parlamentares por parte dos presidentes dos partidos majoritários. Assim, antes de discutirem com o presidente da República a indicação do primeiro-ministro, as bancadas já teriam sido ouvidas. "A

idéia é evitar decisões de cúpula", explicou ontem a este jornal o relator Fogaça.

Outra modificação: no relatório anterior, Fogaça previa que a Câmara teria cinco dias para apresentar "moção reprobatória" ao plano de governo apresentado pelo primeiro-ministro. A nova proposta amplia o prazo para dez dias.

CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

Quanto às próximas eleições presidenciais, fixadas para o dia 15 de novembro de 1988, o anteprojeto determina a realização de convenções partidárias que escolherão os candidatos no período de 23 de julho a 7 de agosto do mesmo ano. Segundo Fogaça, este prazo evita que a campanha eleitoral interfira nos trabalhos constituintes.

Na opinião do senador gaúcho, o sentimento parlamentarista é claramente majoritário no Congresso, mas o que ele chama de "interesses presidenciais, atuais e futuros" tornarão bastante disputada a votação da matéria neste final de semana.

O sistema parlamentarista também foi proposto pelo deputado José Jorge, do PFL de Pernambuco, relator da Subcomissão do Poder Legislativo. A votação de seu anteprojeto começará hoje pela manhã. "O relatório defende a descentralização do Poder Legislativo, com a valorização das subcomissões, enquanto fica para o plenário a discussão dos grandes temas", disse o deputado, que recebeu 384 emendas.